



Luiz Carlos Prestes

Comunismo e Forças Armadas:

Uma relação dialeticamente conflituosa

Paulo Ribeiro da Cunha
Professor de Teoria Política da Unesp
Campus de Marília

Uma problemática complexa face aos desafios de sua apreensão é o resgate da influência marxista nas Forças Armadas, embrionária enquanto objeto de investigação, até porque são esparsas as fontes documentais, bem como os arquivos militares permanecem distantes de uma completa abertura. Mesmo aqueles militares de esquerda mais conhecidos, permanecem reservados quando provocados a dialogar sobre o tema, até porque vivenciaram o estigma da exclusão institucional e política no século XX. A razão maior é conhecida e remete suas origens aos anos 20, quando em 1917, como bem pontua Rodrigo Patto Sá Motta (Motta, 2002), não coincidentemente o ano da Revolução Russa, teve início a política anticomunista no Brasil. Ao longo dos anos o anticomunismo seria quase que uma política de Estado, e posteriormente, a de uma instituição, o Exército, grandemente valorizada e exponencializada a partir de 1935.

Todavia, entre 1920 até 1930, além de uma aproximação conflituosa e cautelosa dos comunistas com os militares do Exército, chama atenção uma singular presença à esquerda na Marinha de Guerra, que se apresentou enquanto política de intervenção à época. Talvez, a presença seja reflexo da forte atuação dos comunistas entre os marítimos na então capital federal (Gomes, 1988: 129) e a Marinha estava localizada principalmente no Rio de Janeiro. O PCB, em tese, era um partido nacional, mas boa parte de sua militância estava concentrada naquela cidade. Provavelmente foram estes fatores articulados que possibilitaram os esforços no sentido da Armada ser

o foco principal e o maior registro que temos sobre a militância à esquerda nas Forças Armadas até os anos 30, salvo esparsas referências na Escola Militar.

Em um diálogo com Octávio Brandão, percebe-se as muitas dificuldades dos comunistas em intervir junto aos militares revoltosos da época (Brandão, 1978:). Não somente ele, mas muitos dirigentes tinham reservas quanto a real possibilidade de atuação do Partido Comunista junto aos tenentes. Estes últimos até teriam ideais progressistas, mas seriam ideologicamente fracos bem como desprovidos de um programa político. Depois Brandão defenderia a necessidade da aliança com os tenentes revoltosos (ainda que sob determinadas condições) e manteria esta posição em reunião do Comitê Central em 1927, leia-se, logo após a internação da Coluna Prestes na Bolívia. É nesse momento que Astrojildo Pereira é enviado à Bolívia ao encontro de Luiz Carlos Prestes. Depois de auxiliar a formação do BOC – Bloco Operário e Camponês e se eleger vereador no Rio de Janeiro, tendo participado como candidato com intensa militância, inclusive junto aos soldados e marinheiros, Brandão foi expulso, exilando-se na União Soviética.

O historiador Leôncio Basbaum em suas memórias traz pistas interessantes sobre a temática, já que veio a ser o primeiro dirigente do Setor Militar, organismo criado por orientação da IC – Internacional Comunista para atuar juntos aos militares na virada dos anos 30 (Basbaum, 1978: 50). O Antimil foi um dos organismos mais longevos do PCB; sendo que, ao longo de sua história e particularmente nesta época que ora analisamos, teve uma intervenção significativa e de certa forma bem sucedida. Uma interessante hipótese para o seu êxito e também seu virtual desconhecimento, é que o setor se manteve praticamente imune das lutas internas que erodiam as demais esferas partidárias. Outro aspecto sinalizado é que, por razões de segurança, sua estrutura era à parte. Na verdade, o Antimil teve bem poucos Assistentes Políticos, a maioria militares, e alguns deles estiveram a sua frente por décadas, respondendo diretamente a Luiz Carlos Prestes (Vianna, 2007: 76 ss).

No entanto, é com a adesão de Prestes ao comunismo e face ao seu prestígio junto aos militares, advindo da épica coluna (associado ao descontentamento generalizado entre a oficialidade na virada dos anos 1930), é que ocorreu o salto da presença de esquerda e à esquerda no Exército. Leôncio Basbaum, já como membro do Comitê Central, e estando naquela ocasião à frente do Congresso da JCB - Juventude

Comunista do Brasil -, recebeu a tarefa de incluir o trabalho antimil na agenda do congresso. O objetivo era criar condições de realizar outra esfera de intervenção, bem como orientar e elaborar uma proposta de propaganda política entre a juventude das Forças Armadas. Mas seu resultado ainda espera uma avaliação, em que pese, a leitura de Luiz Carlos Prestes fosse negativa de sua atuação à frente do Setor Militar (Moraes, 1982.: 45).

Todavia, entre 1928 e 1935, é que se situa o período crítico da revolução burguesa no Brasil, e nele se aprofundaria o debate entre os comunistas e a consequente vinculação da política partidária às teses da Internacional Comunista (IC). Um dado a mais nos chama atenção a partir de 1929: se havia um grupo relativamente autônomo de dirigentes que buscava centralizar a ação na classe operária; com o advento do stalinismo e, as determinações decorrentes desta nova política, teremos um reajuste de foco no processo de intervenção que passou a privilegiar a intervenção junto aos militares. As consequências políticas maiores desta rotação veremos em seguida, mas o PCB não ficaria imune às vicissitudes deste realinhamento. Uma delas, talvez a que mais chama a atenção, é que neste curto período de seis anos, oito dirigentes estiveram à frente da Secretária Geral, o mais importante na estrutura partidária (Costa, 1995: 23; Rodrigues, 1986: 370; Sodré, 1986.: 55).

O consequente reajuste de foco desta aproximação com os militares não demoraria a se manifestar nas análises partidárias. Em abril de 1930, ocorreu o pleno ampliado do SSA-IC, coordenado por Guralsky e a questão brasileira adquiriu centralidade. Entre os presentes ao encontro estavam Astrojildo Pereira, Octávio Brandão e Plínio Mello. Este último apresentou um relatório e nele fez um resgate da Coluna Prestes e dos equívocos de análise da realidade, bem como a leitura de que sua capacidade de intervenção foi superestimada. O relatório afirmava que seria um erro considerá-la como partido da pequena burguesia, e retomava a ideia de aliança com os jovens militares defendida por Octávio Brandão.

É forçoso registrar que a aproximação de Prestes com o Partido Comunista foi igualmente polêmica, e sobretudo, conflituosa. Por um lado, alguns dirigentes partidários avaliavam que o apoio dos comunistas à Aliança Liberal era a política mais adequada, até porque, no seu entendimento, a pequena burguesia já estava inserida nesta aliança e era uma aliada estratégica da classe operária como advogava a formulação partidária; por outro, Prestes lançaria seu Manifesto de Maio em 1930 rompendo com seus colegas ex-tenentes, e nele

pregava um governo baseado nos conselhos de operários, camponeses, soldados e marinheiros, bem na linha da IC. Não obteve também qualquer receptividade do Partido Comunista quando propôs a formação da LAR - Liga de Ação Revolucionária (Del Roio, 1996: 370; Vianna, 2007: 65, 117 ss).

A rigor, estes movimentos políticos de Prestes não foram bem recebidos pela direção que, ao mesmo tempo o criticava, dele também se afastava e afastava qualquer possibilidade de aproximação. Quase que osmoticamente teria início a fase de proletarização que nortearia política do PCB por quase dois anos, e o Prestismo teria por expressão a encarnação de desvios pequenos burgueses e a sectarização militante decorrente entre os comunistas conhecida por obreirismo (leia-se a supervalorização dos operários em detrimentos dos intelectuais). O significado maior desta política foi a expulsão de Leôncio Basbaum, o ostracismo de Astrojildo Pereira entre outros.

Em outubro de 1930, a Revolução foi vitoriosa, cooptando a maioria dos históricos tenentes que participaram da Coluna e encontrando Prestes ainda exilado em Buenos Aires, quase que isolado. Ele recusou-se terminantemente a apoiar Vargas e poucos depois, em 1931, já em novo exílio em Montevideú, teve contatos com os membros do BSA – Birô Sul-americano da IC, e aceitou o convite para viajar à URSS. Tempos depois, ocorreria uma reestruturação do Comitê Central do PCB e assume em 1933 a Secretaria-Geral Lauro Reginaldo da Rocha, o Bangu, tendo ficado à frente do cargo bem pouco tempo; seria substituído logo depois por Antonio Maciel Bonfim, o Miranda. A luta armada ganhou centralidade nas teses partidárias e numa de suas passagens, o recém-eleito Secretário-Geral chamou atenção para a necessidade de procurar os oficiais do Exército simpáticos à causa do proletariado, não escondendo que manifestações de rebeldia em curso, quaisquer que fossem, deviam ser consideradas armadas. Todas as manifestações populares, desde greves operárias até o cangaço, entre outras, também deviam ser vistas como expressões de um amadurecimento revolucionário. O curioso nesta avaliação, é que a classe operária era ainda considerada a expressão da vanguarda revolucionária.

Prestes retornaria ao Brasil somente em 1934, já na condição de membro do PCB por intervenção direta da IC, tendo neste momento ascendência nas decisões partidárias, com um peso considerável, para não dizer decisivo (Sodré, 1986: 68), e sua adesão significou um salto qualitativo e quantitativo em relação a presença dos comunistas no

Exército. O crescimento que o setor militar apresentou à época, foi desproporcional quando comparado às demais esferas partidárias, seja devido à influência tenentista da Coluna e de seu líder maior (aspecto que confluiria em um mito que em muito extrapolava sua condição de comunista), mas por razões corporativas e políticas que forneceram elementos combustores exponenciais que facilitavam o trabalho de sua inserção junto às instituições militares. Mas não somente. As cisões no movimento tenentista resultaram no adesismo de vários oficiais à nova ordem pós-1930; e com ela o consequente afastamento de tantos outros, seguramente reflexo do inconformismo de muitos militares, e propiciando um ambiente favorável para uma política de intervenção à esquerda. Décadas depois, Prestes faria uma análise daqueles acontecimentos e, numa frase lapidar, afirmaria na época que ‘era mais fácil construir o partido nos quartéis do que nas fábricas...’ (Rodrigues, 1986: 376)

Há outro aspecto importante e combustor nestes tempos: entre 1930 e 1935, foram inúmeros os movimentos de protesto reivindicatórios ou insurrecionais nas Forças Armadas, inegavelmente um elemento propício ao crescimento orgânico dos comunistas junto aos militares. Neles, o PCB pôde desenvolver considerável penetração na Escola de Aviação Militar e na própria Vila Militar, tendo os comunistas uma presença significativa em muitas unidades do exército e nos navios da Armada. Na Escola de Aviação Militar editava-se um periódico, *Asas Vermelhas*. Este não foi o único jornal dirigido às Forças Armadas, além do *União de Ferro* (antes *Triângulo de Ferro*); apareceram *O Marujo Vermelho*, direcionado especificamente à Marinha de Guerra e *A Âncora*, voltado para a Marinha Mercante, bem como *O Soldado Comunista* e o *Infante Vermelho*. Entre os militares do exército e os policiais da Força Pública e da Guarda Civil do Estado de São Paulo, circulava o *Sentinela Vermelho*.

Na Escola Militar consta a existência de várias células do Antimil, que se articulavam com o PCB através de uma ligação externa, e dele os militantes recebiam tarefas como distribuir internamente material partidário e da Juventude Comunista. Por orientação do Antimil, houve greves na instituição, e ao menos duas delas de caráter político, aspecto este significativo tratando-se de militares, mas que demonstra o grau de organização ali existente; desenvolvido também fora da instituição como a prática de pichações, a impressão de material e a leitura dos teóricos marxistas. (Sodré, 1967: 82; Carvalho, 1997: 47; Vianna, 2007:78, 79).

Outro dado nos chama atenção: alguns alunos formados na Escola Militar tiveram atuação destacada em 1935, seja no 3º Regimento da Praia Vermelha, seja no levante de Recife. Nesta última cidade, foram designados para servir os tenentes Alberto Bomilcar Besouchet e Lamartine Coutinho e lá o antimil era dinâmico. Além destes oficiais, vale registrar a presença do sargento Gregório Bezerra, o seu coordenador às vésperas do levante de 1935; sendo que ali o setor cresceu exponencialmente, favorecido pela dinamização da ANL. Naquela ocasião, havia ramificações do PCB na Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Guarda Civil. Mas a presença dos comunistas entre os militares nestes locais não são as últimas e nem as únicas.

Há registros importantes às vésperas do levante, mas no conjunto, as referências disponíveis sobre a intervenção do Setor Militar na maioria dos estados brasileiros são esparsas. Em São Paulo, havia um núcleo forte do Antimil entre os PMs, com significativa presença na Força Pública e Guarda Civil. Constam ainda referências de sua atuação também no exército em quartéis do Estado. Digno de menção era o Rio Grande do Sul. Lá o Setor Militar tinha elementos atuando em vários batalhões do Exército e contava com alguns oficiais e praças na Brigada Militar. No interior do Estado, havia ligações com várias unidades militares. Uma referência aparentemente auspiciosa era a Bahia, onde o Antimil apenas iniciava suas atividades, mas segundo relatos enviados à direção nacional, o trabalho indicava considerável avanço em razão do descontentamento no Exército com a ordem de diminuição de efetivos. O entusiasmo, no entanto, durou bem pouco face à infiltração policial. Ao final, o próprio Secretário-Geral admitiu que o PCB no estado teria que ser reconstruído em todas as instâncias.

No Rio Grande Norte, a atuação do Comitê Regional indicava três questões prioritárias: lutas camponesas, preparação de greves e o Setor Militar e, neste último, havia resultados animadores entre os sargentos da PM (Vianna, 2007: 78, 79, 224 a 229; Zimburg, 2001, 98). Quando verificamos que lá é que eclodiu o primeiro levante, o resultado deste esforço aparentemente píffo surpreende, particularmente face à força com que os comunistas emergiram no exército sediado em Natal; embora também valha ressaltar que a situação política já se deteriorava face à redução de efetivos em curso, bem como as vicissitudes da política regional. Tanto é que, às vésperas de 35, há o registro de ingresso no 21º BC de mais de uma dezena de cabos e sargentos e a formação de uma dinâmica célula, que teria

atuação decisiva na revolta. (Costa, 1995: 39 ss; Alves Filho, 1997: 38). Estes aspectos, conjugados, colocariam os militares no centro da cena. Seguramente, os informes sobre a crescente presença do PCB entre os militares eram substanciados pelo prestígio de Luiz Carlos Prestes e o mito decorrente do fascínio de sua liderança na Coluna. Se isto refletiu no equívoco da direção de que seria o aval suficiente para desencadear o processo revolucionário, a ANL galvanizava amplos setores da população, e os tenentes de esquerda, e conjuntamente com os comunistas, seriam seus principais expoentes.

Em 30 de março de março de 1935 a Aliança Nacional Libertadora é oficialmente fundada, e num curto período, surpreendeu o país pelo seu dinamismo e apoio popular expresso na enorme adesão bem como na formação de centenas de núcleos. Prestes foi escolhido seu presidente de honra. Na leitura corrente, os tenentes eram vistos como artífices de um ideário e sua vanguarda, sendo o PCB (embora distante da realidade) o instrumento que refletia o desejo das grandes massas. A luta armada projetada como expressão maior de um projeto revolucionário. A reação em contrário não se fez esperar, despertando uma ferrenha política de oposição à entidade, particularmente, com a união do governo e dos integralistas, estes últimos muito influentes na Marinha.¹

Como ressaltado, Luiz Carlos Prestes retornara clandestinamente ao Brasil, e se inteirava da situação política. A partir de questionáveis informes da direção e que somente refletiam o descompasso e o entendimento da efetiva correlação de forças atuantes no país, auxiliado por um isolamento pessoal que favorecia a credibilidade dos informes que recebia do então Secretário-geral, Prestes procurou – até as vésperas do levante – através de vasta correspondência, contatar e aprofundar as ligações com seus antigos comandados da Coluna nas Forças Armadas bem como lideranças civis. Através delas, procurou explicar e ampliar a adesão à proposta do GPNR – Governo Popular Nacional Revolucionário, objetivando o início da revolução democrático-burguesa no Brasil configurada numa proposta de formação de um governo revolucionário antiimperialista e antifeudal (Vianna, 2007: 48; Moraes, 1982: 63 ss).

Um parêntese é necessário. Muito se escreveu sobre se era real ou quanto era efetiva a influência de Prestes entre os militares naqueles tempos, mas qualquer que seja a análise, este prestígio não pode ser menosprezado. Marly Vianna sustenta a tese que os antigos combatentes estavam mais dispostos a seguir sua orientação, sem levar em conta o PCB (Vianna, 2007: 184), e, com o objetivo de ampliar

o leque de forças é que se chegou à palavra de ordem ‘todo poder a ANL’. O epílogo deste processo é conhecido. Com o Manifesto de 5 de Julho, tendo esta mensagem em epígrafe, Vargas teve o pretexto para colocar a ANL na ilegalidade, e, utilizando-se de subterfúgios não muito sutis e armadilhas fechou a entidade. A violenta repressão que se seguiu, inibiu tímidas possibilidades de resistência, e mesmo a vigorosa adesão popular que a substanciava organicamente até então, se demonstrou passiva frente ao ato (Sodré, 1965: 255 a 270).

Ao que parece, a lição foi aprendida por Prestes, que passou a advogar cautela na elaboração política, posição diametralmente oposta à assumida pela direção do PCB que sinalizava para a luta armada imediata. Teve então início uma série de atividades capitaneadas pelos comunistas e os tenentes de esquerda que ainda estavam inseridos no processo revolucionário, e estes passaram a se ligar diretamente a Prestes, e por ele eram orientados. A rigor, passou a haver duas orientações sobre o trabalho nas Forças Armadas. O Comitê Central desenvolvia suas atividades pelas células, atingindo os subalternos e os escalões inferiores e fazia o contato com oficiais aliancistas das unidades militares. A outra, orientada diretamente por Prestes, reforçava o trabalho das células e atingia um grupo mais amplo de oficiais e subalternos (Vianna, 2007, p. 215). Sob qualquer perspectiva, Prestes era o ponto de convergência e união.

Às vésperas do levante de 1935, A proposta do PCB era expressa em quatro orientações principais: luta em frente única e pela sua ampliação; organização do trabalho militar em torno da luta antiintegralista e contra a redução dos efetivos militares; organização e desencadeamento de greves operárias nas cidades; desenvolvimento de lutas parciais, armadas e de guerrilha no campo. É bem possível que alguns tópicos desta análise não estivessem isentos de alguma factibilidade e encontrassem apelo consistente nas teses recém-aprovadas, já que havia guerrilhas em curso no Rio Grande do Norte. Talvez, devido à influência de Bangu, e ao fato de ele ser potiguar ou mesmo em razão destas guerrilhas serem influenciadas ou dirigidas pelo PCB. Na literatura sobre a época consta que outras guerrilhas estavam em gestação quando eclodiu o levante de Natal, tendo à frente militares comunistas (Vianna, 2007: 204; Costa, 1995: 69 ss). Nesse sentido, a revolução projetada teria início com as lutas armadas dos camponeses, seguida por movimentos grevistas nas cidades, e que, ao final, contaria com a solidariedade dos quartéis. Destes argumentos, o provável eco e a razão maior desta leitura no Comitê Central.

Quase no limiar de novembro, leia-se, bem pouco tempo antes do levante de 1935, as análises em curso afirmavam que a revolução estava na ordem do dia. Não demoraria muito e eclodiria o movimento em Natal; seguido pela revolta em Recife; e a posterior rebelião na Praia Vermelha. No Rio de Janeiro, o último local a se rebelar, a situação política era avaliada como revolucionária pelo Comitê Central. Embora os sinais de fracasso da rebelião nas capitais do Nordeste ainda não fossem evidentes, e houvesse dúvidas entre a liderança comunista na Capital Federal sobre a oportunidade de somar apoio aos revoltosos potiguares, um fato importante foi minimizado, com consequências que se mostraram danosas: o quadro militar pelos quartéis era de prontidão e em decorrência deste primeiro levante, foram presas muitas lideranças operárias e democratas.

Por fim, os fatos decorrentes do insucesso do levante de 35 são bem conhecidos, alguns com questionáveis versões como aquela (ainda aceita pelos militares e divulgada há muito tempo em suas instituições) que procura sustentar a tese que a decisão da insurreição adveio de uma determinação da Internacional Comunista (IC), comandada de Moscou. Em nossa leitura, não cabe atribuir responsabilidades individuais pelo fracasso, até porque, a decisão do levante foi coletiva; reflexo, sem dúvida, da superestimação da presença militar comunista no Exército, mas que era sugestiva na Armada. A contundente afirmação de Prestes de que a Marinha se rebelaria (Sodré, 1986: 89; Moraes, 1982: 75 a 77), foi a senha necessária para convencer alguns dirigentes da factibilidade do levante no Rio de Janeiro, embora valha registrar, este último suspiro fosse pautado numa expectativa de sucesso que era sobretudo positiva, para não dizer, contagiante. As informações disponibilizadas ainda não permitem apreender a correta dimensão desta problemática; mas os dados possibilitam ao menos inferir na hipótese de que havia esforços maiores em articular uma rebelião nacional à esquerda, e nelas os militares apareciam como expressão de vanguarda (Costa, 1995:118 a 125; Vianna, 2007:282 ss).

À guisa de conclusão, vale registrar que o Partido Comunista não ficaria imune à repressão que seguiu a derrota de 1935 e, com a instalação em novembro de 1937 do Estado Novo, ficaria acéfalo por algum tempo Entre 1940 e 1943, quando quase todos seus dirigentes nacionais estiveram encarcerados. As prisões nesta fase inicial recaíram mais sobre os militares recém-ingressos no PCB, e em especial, Prestes, que amargaria pena de dez anos. Mais significativo ainda foi

o anticomunismo resultante destes acontecimentos e que implicou uma apreensão ideológica tendenciosa de direita daqueles fatos - a traição da intentona e o assassinato de militares enquanto dormiam - e que se tornaria quase que uma política de Estado, em especial para as novas gerações de oficiais. A negativa versão oficial e ou oficiosa construída sobre a intervenção dos militares comunistas e veiculadas ao longo dos anos seguintes, forneceria questionáveis argumentos para as rupturas institucionais subsequentes que aconteceriam em 1937 com o Estado Novo, e mais tarde, a do golpe militar de 1964 (Motta, 2002).

Em 1938, não muito tempo depois do levante e menos ainda da implantação da ditadura do Estado Novo, houve uma virada tática dos comunistas numa política diametralmente oposta a anterior, a União Nacional, objetivando a (re)democratização do país. Esta nova diretriz ganharia contornos mais definidos a partir de 1943, especialmente com a entrada do Brasil na guerra a favor dos aliados. No mesmo ano, o Partido Comunista finalizou sua rearticulação orgânica na Conferência da Mantiqueira (iniciada em 1942 no CNOP – Comissão Nacional de Organização Provisória), e nela ainda percebe-se a influência da adesão de Luiz Carlos Prestes ao PCB, tendo por reflexo maior a presença de militares nos postos de direção. Situação bem diferente do primeiro Comitê Central de 1922, quando a maioria de seus integrantes eram operários, não havendo nele nenhum militar. Sua composição consignou pela primeira vez uma maioria de ex-tenentes e com sua eleição para Secretária-Geral, o Comitê Central contava com sete ex-militares em suas fileiras, seguido de seis operários e cinco intelectuais.

Todavia, aqueles militares advindos do tenentismo não seriam o único grupo a aderir ao comunismo naqueles anos. Em 1945 se somaria às fileiras do PCB combatentes de várias origens; alguns deles egressos das lutas antifascistas na Europa; outros vindos dos campos de batalhas italiano, muitos deles aderindo entusiasmados face o prestígio angariado pelo socialismo, graças ao papel decisivo da União Soviética na derrota do Eixo nazi-fascista. Uns poucos já eram militares comunistas quando foram convocados para atuar naquele cenário de guerra, entre eles, havia membros do Antimil. Eles foram os responsáveis pela redação de um importante documento elaborado nos campos de batalhas em favor da redemocratização - A FEB – Símbolo Vivo da União Nacional (Carvalho, 1997; Cunha, 2002: 205 ss; Penna, 2009: 151).

Nas eleições de dezembro de 1945, entre os quinze parlamentares do PCB eleitos para o Senado Federal e Câmara dos Deputados, quase um quarto da bancada era de origem militar. A eles se somaria os militares com uma presença significativa no Comitê Central bem como à frente de muitas das direções estaduais, embora a tendência nas bases que surgia no pós 1945 viesse a ser diametralmente oposta, reflexo de um outro Partido Comunista que emergia naqueles anos com novos atores sociais. Mas esta tendência ainda estaria presente em 1954, quase dez anos depois, no Comitê Central advindo do IV Congresso.

Com este grupo de militares-militantes, finaliza-se uma etapa insurrecional que caracterizou a intervenção comunista nas Forças Armadas e a partir deles inicia-se outra fase que teve início em 1945 e duraria até 1964, muito conturbada é verdade, mas fundamentalmente centrada na defesa da democracia. Talvez por isto o comunismo no Exército, configurado inicialmente como expressão maior de uma quartelada, e nucleada em grande medida no prestígio, teria uma expressão de outra ordem nos anos seguintes, não somente pelo fato de ser confrontado por outras mediações, mas também pela percepção de que havia uma gradual inserção do marxismo nas forças armadas com outras bases teóricas e referências políticas, contando inclusive com a presença de intelectuais orgânicos como o general da reserva Nelson Werneck Sodré. Mas este último pressuposto é ainda uma hipótese aberta à investigação; hipótese esta dialética e igualmente conflituosa.

Notas

1. Nesse meio tempo, mais um elemento combustor se somou à reflexão de que a revolução estava às portas. Veio à público a intenção do governo de não mais permitir o engajamento de soldados, cabos e sargentos com menos de dez anos de serviço e a obrigatoriedade de baixa aos sargentos com mais de 20 anos de tropa. Isso resultou em violentos protestos entre os militares e seguramente foi mais uma das razões para a grande adesão dos subalternos ao levante que ocorreria em novembro.

Bibliografia

- ALVES, FILHO. Ivan. Giocondo Dias: uma vida na clandestinidade. Rio de Janeiro: Mauad, 1997.
- BASBAUM, Leôncio. Uma Vida em seis Tempos (memórias). São Paulo: Ed. Alfa - Omega, 1978.
- BEZERRA, Gregório. Memórias, Vol. II, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1979.

- BRANDÃO, Octávio. Combates e Batalhas. São Paulo: Ed. Alfa Omega, 1978.
- CARVALHO, A. Vale a pena sonhar. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- COSTA, Homero de Oliveira. A Insurreição Comunista de 35: Natal – o primeiro ato da tragédia. São Paulo: Ensaio; Rio Grande do Norte: Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte, 1995.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. Um olhar a esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré. Rio de Janeiro: Revan / Fapesp, 2002.
- DEL ROIO, Marcos. A Classe Operária na Revolução Burguesa: A política de alianças do PCB – 1928/1935. Belo Horizonte: Ed. Oficina de Livros, 1990.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 - 1964). São Paulo: Perspectiva / Fapesp, 2002.
- MORAES, Denis; VIANA, Francisco. Prestes: lutas e autocríticas. Petrópolis: Vozes, 1982.
- MORAES, João Quartim. A Esquerda Militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- PENNA, Lincoln (org.). Manifestos Políticos do Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.
- PEREIRA, Astrojildo. Ensaios Históricos e Políticos. São Paulo: Ed. Alfa Omega, 1979.
- SODRÉ, Nelson Werneck. História Militar do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1965.
- _____. A Intentona Comunista de 1935. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: Os Dirigentes e a Organização. In FAUSTO, Boris (coord.). O Brasil Republicano. Sociedade e Política (1930-1964). 3ª edição. História da Civilização Brasileira, tomo III. São Paulo: Ed. Difel, 1986.
- GOMES, Ângela de Castro. (coord.), FLAKSMAN, Dora e STOTZ, Eduardo. Velhos Militantes: depoimentos de Elvira Boni, João Lopes, Eduardo Xavier, Hilcar Leite. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Revolucionários de 35: sonho e realidade. São Paulo: Companhia das Letras/Expressão Popular, 1992, 2007.
- ZIMBARG, Luis Aberto. O Cidadão Armado: Comunismo e Tenentismo (1927-1945) Franca: FCL/UNESP, 2001. (Dissertação de Mestrado em História e Cultural Social).